



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria-Geral de Contratos e Licitações

PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO 2024

Licitações e Contratos

Resolução CNJ 347/2020

Ato Normativo 14/2023

5 DE MARÇO DE 2023

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria-Geral de Contratos e Licitações



SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	3
2 - DO PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÕES	4
3 - PÚBLICO-ALVO	4
4 - DIAGNÓSTICO DO CONTEXTO ATUAL	5
5 - PROPOSTA DE TEMÁTICAS A SEREM ABORDADAS NO PAC	5
6 - PROPOSTA DE CURSOS TEÓRICOS GRATUITOS (CURSOS EXTERNOS)	9
7 – CONCLUSÃO E PROPOSTA FINAL PARA O PAC - 2024	10

1- Introdução

Aos órgãos do Poder Judiciário foi determinado que implementem e mantenham instâncias, mecanismos e instrumentos de governança das contratações públicas em suas estruturas administrativas, em consonância com o disposto na Resolução CNJ 347/2020 e em alinhamento com a Estratégia Nacional do Poder Judiciário vigente, observando-se as seguintes diretrizes:

I – promoção do desenvolvimento nacional sustentável, em observância à legislação e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030;

II – transparência dos procedimentos e dos resultados;

III – fomento à integridade e conformidade legal dos atos praticados;

IV – aprimoramento da interação com o mercado fornecedor, para a busca de melhores soluções para as necessidades institucionais, sociais e do meio ambiente, assegurando tratamento isonômico, bem como a justa competição;

V – fomento à cultura de planejamento das contratações, com o respectivo alinhamento ao planejamento estratégico do órgão e às leis orçamentárias;

VI – estímulo à inovação e à gestão do conhecimento;

VII – promoção da meritocracia e da profissionalização, por meio da gestão por competência, para as unidades organizacionais responsáveis pela governança e pela gestão das contratações;

VIII – instituição de medidas que garantam a maior eficiência dos processos, visando a assegurar a celeridade da tramitação, a gestão de riscos e o menor custo processual;

IX – promoção das contratações compartilhadas e sustentáveis;

X – fomento à acessibilidade e à inclusão.

Dentre as funções estabelecidas para a governança das contratações, constam:

I – assegurar que as diretrizes estabelecidas pela Resolução 347/2020 estejam sendo preservadas nas contratações públicas;

II – garantir que as contratações públicas estejam alinhadas ao Plano Estratégico Institucional;

III – promover a integridade do ambiente e a sustentabilidade das contratações públicas, incluindo aspectos de acessibilidade e inclusão;

IV – promover o direcionamento, a avaliação e o monitoramento da gestão de contratações.

Nesse contexto, o **Plano Anual de Capacitação em Licitações e Contratos** é considerado um dos principais instrumentos de governança em contratações públicas do Poder Judiciário.

*“Art. 13. (...), os órgãos do Poder Judiciário deverão estabelecer formalmente o Plano Anual de Capacitação, contendo ações de capacitação para as funções-chave da gestão de contratações, incluindo **dirigentes, pregoeiros, membros das comissões de licitação, servidores que atuam na pesquisa de preços, gestores e fiscais de contratos, bem como agentes que atuam nas demais fases do processo de contratações.**” (Resolução 347/2020)*

2 - Do Plano Anual de Capacitações

Observado o modelo de competência e as disposições constantes da Resolução 347/2020 e do Ato Normativo 14/2023, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro deverá incrementar as ações de capacitação para as funções-chave da gestão de contratações no seu Plano Anual de Capacitação, instituído na forma de ato específico.

No entanto, considerando que a Escola de Administração Judiciária (ESAJ) deste Poder Judiciário possui normativas próprias, emitidas pelo Conselho da Magistratura, após análise por seu próprio Conselho Consultivo, e ainda, que tais normativas destinam-se a regulamentar a capacitação das equipes de todas as unidades organizacionais do PJERJ, independente do tema, sugerimos que para atendimento da Resolução 347/2020 e do Ato Normativo 14/2023, seja construída uma proposta de capacitação anualmente voltada aos principais atores dos processos de contratações públicas no PJERJ.

Assim, a construção deste instrumento de governança, exigido pelas normativas citadas, ocorreria em alinhamento com o arcabouço normativo já existente e vinculado à Escola de Administração Judiciária.

Neste sentido, apresentamos abaixo diretrizes para as atividades de capacitação voltadas a implantação adequada dos novos procedimentos para aplicação da Lei 14.133/21, para análise da sua viabilidade e pertinência pela Escola de Administração Judiciária

3 - Público-Alvo

O público-alvo das ações a serem previstas no Plano Anual de Capacitação, citado na Resolução 347/2020 e no Ato Normativo 14/2023, é aquele composto pelos profissionais que ocupam as funções-chave ligadas à governança e à gestão de contratações, incluindo os principais agentes do processo de contratações, de acordo com os processos de trabalho estabelecidos e a estrutura de cada unidade organizacional.

Dessa forma, observando a estrutura organizacional do PJERJ e a segregação de funções estabelecida para cada processo de contratação, podemos concluir que devem estar contemplados no PAC - Capacitação:

1. Agentes de Contratação;
2. Equipes de planejamento, gestores e fiscais de contratos de serviços comuns;
3. Equipes de planejamento, gestores e fiscais de contratos de serviços de TI;
4. Equipes de planejamento, gestores e fiscais de contratos de serviços de engenharia e obras;
5. Equipes de trabalho do DECAN, que apoiam os processos de contratação direta e elaboração de TR;
6. Equipes de trabalho do DELFA, que elaboram editais, contratos e atuam em apuratórios;
7. Equipes de trabalho do DECOP, que acompanham e apoiam o controle da execução contratual;
8. Equipes da ASJUR, que atuam no controle da legalidade dos atos;
9. Equipes da ASCOL e GBCOL, que atuam no apoio à governança das contratações.

4 - Diagnóstico do contexto atual

O contexto atual no cenário das contratações públicas brasileiras é de revogação da Lei 8.666/93 e a plena vigência da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 14.133/21), com um volume bastante significativo de novas regulamentações que objetivam não apenas operacionalizar diversos pontos lacunosos da nova legislação, mas também, aumentar o grau de governança das contratações, estabelecendo vários novos instrumentos para este fim.

Somado a este fato, a partir da experiência desta SGCOL no acompanhamento dos processos de contratação no PJERJ e no apoio diário às equipes de planejamento, percebe-se uma alta rotatividade na designação de gestores e fiscais de contratos, em especial, nos períodos de mudança da Administração Superior.

Considerando, ainda, o grande volume de novas normativas e artefatos elaborados e publicados em 2023 para viabilizar a aplicação da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (NLLCA - 14.133/21) no âmbito do PJERJ, percebe-se o quanto se faz necessário neste momento o investimento em capacitação e desenvolvimento dos profissionais no uso prático das novas ferramentas, associando-se este uso, por óbvio, à compreensão e ao conhecimento teórico que o fundamentam.

Assim, diante dessa brevíssima análise, o que almejamos na proposta de Plano de Capacitação em Licitações e Contratos Administrativos aqui apresentada é que este instrumento mescele:

1. Cursos gratuitos, autoinstrucionais, ofertados por instituições públicas renomadas, como ENAP, TCERJ, TCEPR com emissão obrigatória de certificado, objetivando criar um base teórica mínima, para nivelar o conhecimento sobre contratações públicas e facilitar a etapa seguinte de capacitação prática;
2. Workshops, de 6h a 10h de duração, para orientações práticas e técnicas, ofertados pela ESAJ, com instrutores internos, servidores do PJERJ, que possuam experiência e conhecimento sobre cada uma das normativas internas publicadas e sobre os novos artefatos elaborados para utilização da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (NLLCA), objetivando preparar os profissionais em funções-chave para uma atuação eficaz e eficiente nos processos de contratação do PJERJ;
3. Cursos de média duração (15h a 30h), com professores especialistas no tema, que agreguem novos conhecimentos à equipe da SGCOL e às equipes em atuação de cada área requisitante.

5 - Proposta de temáticas a serem abordadas no PAC

Os cursos a serem produzidos ou contratados devem objetivar o desenvolvimento dos profissionais em funções-chave da gestão de contratações no uso prático das ferramentas, normativas e artefatos produzidos para a aplicação da NLLCA, assim como, nos procedimentos processuais relativos a cada fase da contratação no PJERJ, a saber:

- ✓ **Planejamento da Contratação**
- ✓ **Seleção do Fornecedor**
- ✓ **Execução contratual**

Para cada uma das fases citadas há **instrumentos, procedimentos, controles e riscos específicos**, por isso, a construção de um plano de capacitação coerente e efetivo para os profissionais envolvidos em contratações deve considerar esse fato.

Assim, **solicitamos à ESAJ que avalie a viabilidade de incorporar às atividades de capacitação das grades regulares, cursos sobre os seguintes temas, com as características abaixo descritas:**

TEMAS / ATIVIDADES	FASES DA CONTRATAÇÃO A ABORDAR	OBJETIVO	METODOLOGIA	CH sugerida	RECURSOS
Curso completo de Pregão (Formação de Pregoeiros), Conforme Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei nº 14.133/2021 (NLLC) e o Ato Normativo TJ 23/2023	Planejamento da Contratação	Desenvolver conhecimento teórico e habilidades práticas na fase da seleção do fornecedor por pregão	Estudo de Casos Concretos Atividade prática Trabalho em grupo	20h a 30h	Projetor Quadro branco Papel e canetas Internet
Contratações de Bens e Serviços de Tecnologia da Informação (TIC) e Comunicação de acordo com a Nova Resolução nº468/2022 do CNJ e os Ditames na Nova Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021(NLLC)	Planejamento da Contratação	Desenvolver conhecimento teórico e habilidades práticas na fase do planejamento das contratações de bens e serviços de TIC	Estudo de Casos Concretos Atividade prática Trabalho em grupo	20h a 30h	Projetor Quadro branco Papel e canetas Internet
Dispensa e Inexigibilidade de Licitação - As Inovações da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021 - NLLC).	Planejamento da Contratação	Desenvolver conhecimento teórico e habilidades práticas na fase do planejamento das contratações por dispensa ou inexigibilidade de licitação	Estudo de Casos Concretos Atividade prática Trabalho em grupo	15h a 20h	Projetor Quadro branco Papel e canetas Internet

TEMAS / ATIVIDADES	FASES DA CONTRATAÇÃO A ABORDAR	OBJETIVO	METODOLOGIA	CH sugerida	RECURSOS
<p>Estudo Técnico Preliminar</p> <p>(Serviços e Compras Comuns)</p>	Planejamento da Contratação	Promover reflexão e debate sobre os principais desafios do planejamento de uma contratação, desenvolvendo habilidades práticas no uso do instrumento ETP.	<p>Estudo de Casos Concretos</p> <p>Atividade prática</p> <p>Trabalho em grupo</p>	6h a 10h	<p>Projektor</p> <p>Quadro branco</p> <p>Papel e canetas</p> <p>Internet</p>
<p>Estudo Técnico Preliminar</p> <p>(Serviços e Compras de TI)</p>	Planejamento da Contratação	Promover reflexão e debate sobre os principais desafios do planejamento de uma contratação, desenvolvendo habilidades práticas no uso do instrumento ETP.	<p>Estudo de Casos Concretos</p> <p>Atividade prática</p> <p>Trabalho em grupo</p>	6h a 10h	<p>Projektor</p> <p>Quadro branco</p> <p>Papel e canetas</p> <p>Internet</p>
<p>Estudo Técnico Preliminar</p> <p>(Serviços de Engenharia e Obras)</p>	Planejamento da Contratação	Promover reflexão e debate sobre os principais desafios do planejamento de uma contratação, desenvolvendo habilidades práticas no uso do instrumento ETP.	<p>Estudo de Casos Concretos</p> <p>Atividade prática</p> <p>Trabalho em grupo</p>	6h a 10h	<p>Projektor</p> <p>Quadro branco</p> <p>Papel e canetas</p> <p>Internet</p>
<p>Pesquisa de Preços</p> <p>Serviços e compras comuns, serviços e compras de TI; serviços de Engenharia e Obras.</p>	Planejamento da Contratação	Desenvolver habilidades práticas na fase de levantamento e pesquisa de preços com base na IN 65/2021.	<p>Estudo de Casos Concretos</p> <p>Atividade prática</p> <p>Trabalho em grupo</p>	15h a 30h	<p>Projektor</p> <p>Quadro branco</p> <p>Papel e canetas</p> <p>Internet</p>
<p>Elaboração de Termos de Referência</p> <p>Serviços e compras comuns,</p>	Planejamento da Contratação	Desenvolver habilidades práticas na fase final do planejamento da contratação, observando a modelo padrão de TR do PJERJ	<p>Estudo de Casos Concretos</p> <p>Atividade prática</p> <p>Trabalho em grupo</p>	15h a 30h	<p>Projektor</p> <p>Quadro branco</p> <p>Papel e canetas</p> <p>Internet</p>
<p>Elaboração de Termos de Referência</p> <p>Serviços e compras de TI</p>	Planejamento da Contratação	Desenvolver habilidades práticas na fase final do planejamento da contratação, observando a modelo padrão de TR do PJERJ.	<p>Estudo de Casos Concretos</p> <p>Atividade prática</p> <p>Trabalho em grupo</p>	15h a 30h	<p>Projektor</p> <p>Quadro branco</p> <p>Papel e canetas</p> <p>Internet</p>

TEMAS / ATIVIDADES	FASES DA CONTRATAÇÃO A ABORDAR	OBJETIVO	METODOLOGIA	CH sugerida	RECURSOS
<p>Elaboração de Termos de Referência</p> <p>Serviços de Engenharia e Obras</p>	Planejamento da Contratação	Desenvolver habilidades práticas na fase final do planejamento da contratação, observando a modelo padrão de TR do PJERJ.	<p>Estudo de Casos Concretos</p> <p>Atividade prática</p> <p>Trabalho em grupo</p>	15h a 30h	<p>Projektor</p> <p>Quadro branco</p> <p>Papel e canetas</p> <p>Internet</p>
<p>Orientações práticas aos gestores e fiscais de contratos do PJERJ com base no Ato Normativo TJ nº 17/2023 e na Nova Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021(NLLC)</p>	Execução Contratual	Desenvolver habilidades práticas na fase da fiscalização da execução contratual, observando as Rotinas Administrativas e o Manual da Gestão de Contratos do PJERJ.	<p>Estudo de Casos Concretos</p> <p>Atividade prática</p> <p>Trabalho em grupo</p>	15h a 30h	<p>Projektor</p> <p>Quadro branco</p> <p>Papel e canetas</p> <p>Internet</p>
<p>Aplicação de Sanções Administrativas - As Inovações da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/21 - NLLC).</p>	Execução Contratual	Desenvolver conhecimento teórico e habilidades práticas na eventual aplicação de sanções em contratos administrativos..	<p>Estudo de Casos Concretos</p> <p>Atividade prática</p> <p>Trabalho em grupo</p>	15h a 20h	<p>Projektor</p> <p>Quadro branco</p> <p>Papel e canetas</p> <p>Internet</p>
<p>Governança das Contratações e Controle Interno</p>	<p>Planejamento da Contratação</p> <p>Seleção do Fornecedor</p> <p>Execução Contratual</p>	Desenvolver habilidades práticas para aumentar o grau de governança nas três fases dos processos de contratação, incluindo PAC, PGC, Painéis, Indicadores e Mapa de Riscos das Contratações	<p>Estudo de Casos Concretos</p> <p>Atividade prática</p> <p>Trabalho em grupo</p>	6h	<p>Projektor</p> <p>Quadro branco</p> <p>Papel e canetas</p> <p>Internet</p>
<p>Aspectos polêmicos e desafiadores na aplicação da Nova Lei de Licitações</p>	<p>Planejamento da Contratação</p> <p>Seleção do Fornecedor</p> <p>Execução Contratual</p>	Promover reflexão e debate sobre os principais desafios na aplicação da NLLCA	<p>Estudo de Casos Concretos</p> <p>Atividade prática</p> <p>Trabalho em grupo</p>	15h a 30h	<p>Projektor</p> <p>Quadro branco</p> <p>Papel e canetas</p> <p>Internet</p>

6 - Proposta de cursos teóricos gratuitos (cursos externos)

Paralelamente aos cursos ao vivo, a serem disponibilizados pela ESAJ, a SGCOL elaborou a planilha “PAC – Capacitação”, em anexo, que será disponibilizada na intranet do PJERJ e apresentará, a cada ano, prioritariamente, uma lista de cursos externos gratuitos, de escolas de governo renomadas.

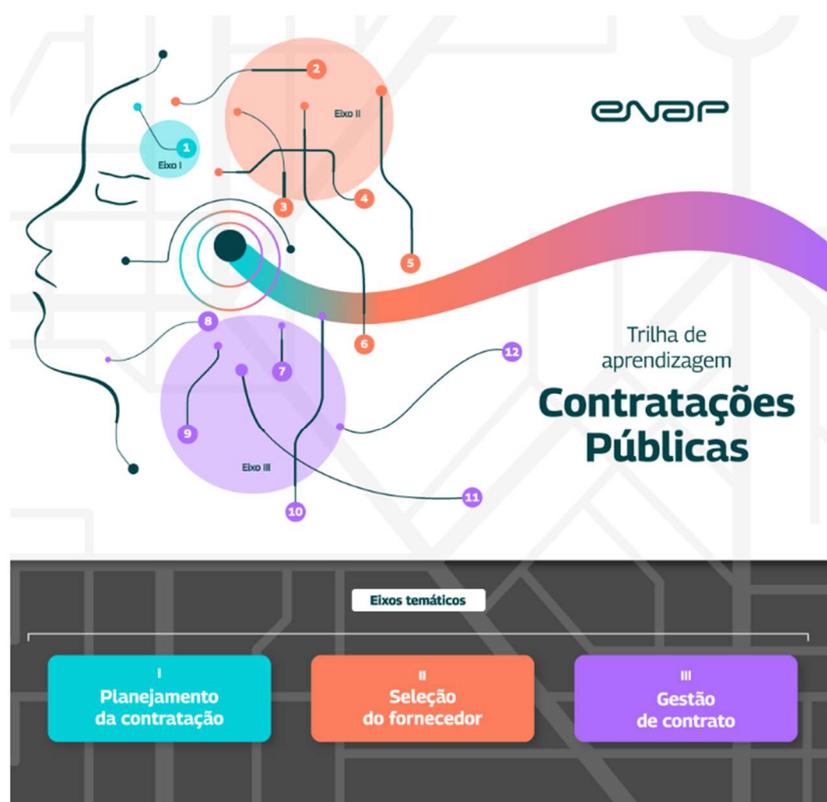
A ENAP, em especial, recentemente disponibilizou a **trilha de aprendizagem “Contratações públicas: competências para realizar licitações e contratos administrativos”**. O objetivo é oferecer possibilidades de percursos educativos baseados em competências para melhor capacitar e profissionalizar servidoras e servidores públicos sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos.

A trilha é um conjunto não somente de cursos, mas também de artigos, vídeos, podcasts, eventos, oficinas e outros formatos, organizados para facilitar a compreensão sobre o tema.

Até o momento, são mais de 100 soluções de aprendizagem, disponibilizadas para quem quiser acessar esses conteúdos, de forma gratuita.

Os cursos a distância, disponibilizados na EV.G, são abertos a qualquer cidadão, assim como os textos, vídeos e podcasts que também compõem a trilha.

- Conteúdo da trilha: <http://enap.gov.br/trilha-de-contratacoes-publicas>



7 – Conclusão e proposta final para o PAC - 2024

Considerando o exposto até aqui e as propostas de temáticas apresentadas, **solicitamos à ESAJ que avalie a possibilidade de contabilizar para os servidores ocupantes das funções-chave listadas no capítulo “3 – Público-alvo”, deste relatório, as horas totais para fins de progressão/promoção funcional**, considerando a relevância do tema, sua aderência à atuação dos profissionais e a expertise das instituições selecionadas, que emitem certificado.

Acrescente-se que esta SGCOL entende que a capacitação dos profissionais **ocupantes das funções-chave listadas no capítulo “3 – Público-alvo”, deste relatório, deveria se tornar obrigatória, para garantir segurança e agilidade nas contratações do PJERJ.**

Nesse sentido solicitamos que seja avaliada a possibilidade de criar-se normativa específica para este fim, que estabeleça **regras de capacitação anual obrigatória** para todos aqueles profissionais que atuam ou venham a atuar em contratos e licitações.